



1 **ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCERIA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2011,**
3 **ÀS 14H, NO PLENÁRIO CONSELHEIRO EVARISTO GARCIA, SITUADO NA AV. AFONSO**
4 **PENA, 2336, 14º ANDAR, FUNCIONÁRIOS.** Aos trinta e um dias do mês de março de 2011, foi
5 realizada a reunião ordinária do CMSBH. A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sandra
6 Maria dos Santos, deu início a reunião com a leitura da pauta. Informes gerais; Abertura e
7 verificação do número de conselheiros presentes para início da reunião; Aprovação da ata da
8 reunião do CMSBH, realizada no dia 10/02/2011; Apresentação e apreciação da Proposta de
9 Implantação da Parceria Público Privado nas Unidades Básicas de Saúde; Apresentação e
10 apreciação da Proposta de Resolução da Mesa Diretora e da Câmara Técnica de Gestão da
11 Força do Trabalho, referente as delegações da fiscalização sanitária; Apresentação e apreciação
12 do Parecer da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização e Câmara Técnica de
13 Financiamento do dia 28/04/2009, sobre os custos das Oficinas de Políticas Antidrogas do
14 Centro Mineiro de Toxicomania; Modificação das datas de realização da 11ª Conferência
15 Municipal de Saúde; Assuntos Gerais. A conselheira municipal de saúde Maria das Graças, disse
16 que recebeu uma queixa de um usuário, relatando que sua mãe necessita de fazer uso do
17 medicamento Lozartana, fez a compra do medicamento na drogaria Araújo, esse medicamento
18 era genérico de um laboratório diferente de que a mesma consumava usar. Informou que com o
19 uso deste medicamento causou edemas nos membros inferiores e aumento de pressão arterial
20 de sua mãe. Ressaltou que a mesma ligou para o Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos,
21 para verificar essa situação, e o senhor Rilke sugeriu que esse assunto fosse exposto no plenário
22 do CMSBH. O conselheiro distrital de Saúde Oeste, Geraldo Florêncio disse ter dificuldades para
23 compreender a letra dos médicos em suas prescrições. Informou que o conselho de medicina já
24 se manifestou a respeito deste assunto. Informou que tem um vizinho que tem muitos cães o que
25 tem impossibilitado a entrada dos agentes de zoonoses. Disse que já faz o Boletim de Ocorrência
26 junto a polícia mas nada foi feito. A conselheira municipal de Saúde Claudete Liz de Almeida,
27 disse que foi convidada extraordinariamente para uma reunião do comitê de ética em pesquisa do
28 Hospital Odilon Behrens, para aprovar uma pesquisa onde será observado como os
29 acompanhantes de pessoas que sofreram Acidente Vascular Cerebral (AVC) cuidam dos paciente
30 em casa. Haverá acompanhamento de todo o processo. Ressalta que achou muito interessante
31 essa pesquisa. Informou que alguns militares estava tocando para os pacientes no Hospital
32 Odilon Berhens e que eles fazem esse trabalho em outros hospitais. O conselheiro municipal de
33 saúde, Rubens Ribeiro Leite, agradeceu a todos por ter representado o CMSBH no seminário
34 sobre medicamentos na cidade de Atibaia. Propôs que fosse realizado no CMSBH, um seminário
35 sobre medicamento e patologia. Fez um protesto sobre o jornal ConSaúde, sobre a reportagem
36 da doença diabetes. Ressaltou que a reportagem deveria ser do ponto de vista do portador da
37 patologia. O conselheiro municipal de Saúde, André Christiano dos Santos, falou sobre
38 movimento dos médicos na unidade de saúde. Informou que a paralisação dos médicos
39 aconteceu ontem pela falta de proposta de melhoria por parte de Prefeitura Municipal de Belo
40 Horizonte. Ressalta que se reuniram com o Secretário Municipal de Saúde, o Secretário
41 Municipal de Planejamento, o Secretário Adjunto de Recursos Humanos e a Gerente de Gestão
42 do Trabalho e não foi apresentado nenhuma proposta concreta. Informa que ira acontecer uma
43 nova paralisação na quarta-feira. Convidou os conselheiros para participarem da manifestação,
44 pois será um apoio para que os médicos ofertem uma saúde de qualidade para a população. O
45 *conselheiro municipal de saúde* Paulo Roberto Venâncio de Carvalho disse que o supremo
46 tribunal proibiu a privatização através da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
47 (OCIPIS), é uma vitória do movimento. Repudia a forma com que a Mesa diretora esta
48 encaminhando as pautas das câmaras técnicas. Anteriormente foi acordado que essa plenária
49 teria como pauta a falta de medicamentos na rede, mas no entanto foi pautado a Parceria Publico
50 Privada. Informa que os medicamentos são um grande problema em Belo Horizonte. E os
51 medicamento devem ser discutids no plenário. Disse que tem medicamento na Farmácia Popular
52 mas não tem na farmácia no SUS. E a gestão esta manipulando as discussões no CMSBH. O
53 conselheiro municipal de Saúde, Welson Alexandre Santos, informou que como proposta para a
54 reformulação do Regimento Interno do CMSBH, a plenária de trabalhadores deliberou que os
55 informes não devem ultrapassar o teto das 14h30, depois desse horário os mesmos deverão ser
56 encaminhados por escrito para a Mesa Diretora. Sobre a Rede Cegonha acha essa iniciativa
57 muito louvável, mas em Belo Horizonte já existem procedimentos semelhantes há algum tempo.

58 Informou sobre a violência nos centros de saúde, disse que um usuário do centro de saúde São
59 Francisco, agrediu vários trabalhadores. Sandra Maria, disse que no mês de dezembro, ocorreu
60 agressão na UPA Venda Nova, foi solicitado esclarecimento para a gerente mas não tiveram
61 nenhuma resposta sobre o caso. A coordenadora da Comissão Interinstitucional de Saúde Humana
62 na sua relação com os animais, Maria Amélia, falou sobre os transplantes de córnea. Sobre a
63 comemoração do dia da mulher, disse que gostou muito, que foi um momento de descontração e
64 deseja que esses momentos sejam constantes entre os conselheiros. O Secretário Geral do
65 CMSBH, Cleber das Dores de Jesus, informou que o CMSBH não se manifestou a respeito da
66 greve dos médicos porque os sindicatos não comunicaram aos usuário. Disse que nas gestões
67 passadas o CMSBH era sempre avisado. Ressalta que para garantir uma saúde de qualidade tem
68 que rediscutir a proposta da greve dos médicos. Informou que as farmácias serão pautadas na
69 semana que vem e que a partir do dia 9 de março, irão chegar os medicamentos. Disse que não
70 participou de nenhuma inauguração de farmácia popular. Ressaltou que nas gestões passadas
71 não se discutia saúde no CMSBH. Sandra Maria, disse que a mesa diretora se reuniu na terça-
72 feira, para a discussão da pauta da reunião extraordinária de hoje. Informou que gostaria de ter
73 pautada a questão das farmácias populares pois essa pauta já havia sido solicitada há muito
74 tempo. Falou que se sentiu agredida e intimidada pelo Paulo César, pois ele alterou a voz dizendo
75 que tinha que ser pautado a Parceria Público Privado. E que enquanto mulher se sentiu agredida
76 e desrespeitada, e ficou chateada com essa atitude e por esse motivo não assinou a convocatória
77 para a reunião ordinária, quem assinou a convocação foi o Cleber. Disse que a representante do
78 gestor, nas férias do Paulo César, Ana Maria Caldeira agendou uma reunião com o Secretário
79 Adjunto da SMSA, Fabiano Geraldo Pimenta Junior para discutir alguns assuntos pendentes do
80 CMSBH. Falou que tinha algumas questões sobre os trabalhadores do CMSBH para falar com a
81 Gerente de Gestão do Trabalho Maria Inês que estava com o Fabiano no momento da reunião,
82 mas a Ana Maria não queria deixar a mesa conversar com a Inês, dizendo que o assunto não
83 deveria ser tratado no gabinete, pois o Fabiano estava com pressa. Disse ainda que a Ana Maria
84 falou que a assessoria de comunicação do CMSBH não poderia fazer a entrevista com os
85 usuários sobre os medicamentos sem comunicado prévio a assessoria da comunicação da
86 SMSA. Ressaltou que a mesma não queria deixar ela votar na reunião da Câmara Técnica
87 Gestão da Força de Trabalho (CTGFT), porque disse que ela não era integrante da mesma.
88 Sandra Maria, falou que faz parte sim da CTGFT. Cleber das Dores solicitou uma questão de
89 ordem e informou que foi pautado a apresentação da Parceria Público Privado porque eles
90 entraram em consenso do contrario a reunião não teria essa pauta. A conselheira municipal de
91 saúde Ana Maria Caldeira, disse que enquanto estava substituído o Paulo César na mesa
92 diretora. agendou uma reunião da mesa com o Secretário Adjunto da SMSA Fabiano Pimenta,
93 referente a uma reportagem que foi publicada na TV globo sobre a falta de médicos na rede e
94 quais providencias seriam tomadas. Informou que a Maria Inês, estava em reunião com o Fabiano
95 para discutir outros assuntos. No entanto a mesa diretora queria discutir sobre os trabalhadores
96 do CMSBH com Inês. Portanto alertou a mesa que a reunião agendada tinha uma pauta
97 especifica. Sobre a representação da Sandra na CTGFT, foi solicitado uma listagem dos
98 membros que compõem a referida câmara à secretaria executiva do CMSBH, mas a listagem não
99 estava atualizada, portanto o nome da mesma não estava na lista. Pediu desculpas para a
100 Sandra. O 1º Secretário do CMSBH, Paulo César Machado Pereira, falou sobre as dificuldade da
101 mesa diretora, pediu desculpas para a Sandra, que em sua veemência em defender os
102 argumentos tenha passado o sentido de agressão. Pois essa não foi sua intenção. Ressalta que
103 Sandra poderia ter se pronunciado no momento da reunião, com relação ao conteúdo da pauta.
104 Paulo César se colocou contrario a pautar assistência farmacêutica, pois todas as pautas de
105 plenárias foram discutidas mediante os pareceres das câmaras técnicas. Sugeriu que na próxima
106 reunião ordinária do CMSBH, fosse pautado a assistência farmacêutica. Ressalta que a um
107 fustigamento de segmento contra segmento. Enfatiza que o plenário do CMSBH é uma arena
108 política em prol da melhoria da saúde e não há indisposição dos gestores para com os
109 trabalhadores e usuários. Sugeriu que todos presentes fizesse um minuto de silêncio em respeito
110 ao falecimento do Vice Presidente da República José Alencar, que esta sendo velado hoje no
111 Palácio da Liberdade. Com relação ao informe feito pela Conselheira Maria das Graças sobre o
112 medicamento genérico, tem que verificar e encaminhar essa situação para a Agência Nacional de
113 Vigilância Sanitária (ANVISA). Referente as prescrições médicas feitas de maneira ilegível, o
114 conselho de medicina tem uma resolução que fala a respeito, que a letra tem que ser legível.

115 Sobre a reclamação do conselheiro Geraldo Florêncio, a mesma deveria ser reforçada no SOS
116 Saúde e na Vigilância Sanitária. Sobre a pesquisa que a conselheira Claudete informou acha o
117 tema relevante. Falou com o conselheiro Rubens que encaminhe sua crítica sobre o jornal
118 ConSaúde através de e-mail para a Assessoria de Comunicação do CMSBH, pois no referido
119 jornal tem uma seção de leitores, onde ele pode falar sobre aquilo que o conselheiro acha que
120 não está adequado. Ressaltou a fala do conselheiro Paulo com relação a proibição da OCIPS,
121 acha que foi uma medida acertada, acrescentou que o Conselho Nacional de Saúde já se
122 posicionou, porque de fato tira a gestão do público para o privado, e isso essa gestão não
123 concorda e não quer. Retifica que as Parcerias Público Privadas não tem nada a ver com as
124 organizações sociais. Disse que a questão que o conselheiro Welson levantou sobre os informes,
125 é uma questão antiga e já foram feitas várias tentativas para que os informes não se
126 prolongassem. Informou que as proposições que o conselheiro Welson citou não foram
127 encaminhadas para a comissão especial de trabalho. Ressalta que há muito tempo não estão
128 sendo repassadas reclamações sobre as agressões dos funcionários das unidades de saúde.
129 Algumas coisas já foram feitas para melhorar esse tipo de problema dentro da unidade de saúde.
130 No que se refere a resposta da UPA VN já remeteram também através do gabinete para que haja
131 uma reposta. Com relação ao transplante de córnea não sabe falar sobre essa questão. Informa
132 que é um transplante que encontra muita dificuldade. Ressalta que o informe passado pela Maria
133 Amélia foi feito por sua conta e risco, disse que não está na conta o SUS, nenhum tipo de
134 encaminhamento. Disse que Cleber e Sandra tem que estreitar mais os laços, reitera as
135 desculpas e espera uma convivência mais harmônica. O Secretário Municipal de Saúde, Marcelo
136 Gouvea Texeira, disse que esperou que o Paulo César e a Ana Maria se pronunciassem sobre o
137 assunto levantado por Sandra. Informa que é preciso deixar muito claro que no plano pessoal
138 existe respeito e a admiração do gestor para com a Sandra por ela ser uma mulher batalhadora e
139 guerreira. No plano institucional essa gestão desde o primeiro dia demonstrou compromisso e que
140 as ações construídas ao longo de 2 anos de 3 meses foram feitas com respeito e subordinação ao
141 controle social. Ressalta que se não fosse isso, não teria feito um Plano Municipal de Saúde,
142 dentro da Conferência de Saúde convocada exatamente para esse fim, todos os debates que
143 foram solicitados a gestão se propôs a realizar. Mais do que o respeito tem a profunda convicção
144 que é necessário construir o SUS juntos, e antes de serem trabalhadores, usuários e gestores
145 todos são cidadãos, e é nessa categoria que entram no plenário para debater o SUS é com esse
146 respeito e consideração que se relacionam com a mesa diretora e os conselheiros. Diante as
147 falas de Sandra, Cleber Paulo, e Ana, concorda com a fala do Paulo César e acha que tem que
148 conversar um pouco mais para solucionar os conflitos e maus entendidos de uma forma mais
149 tranquila sem contaminar a plenária, com questão que poderiam ser resolvidas com uma franca e
150 boa conversa. Ressalta que todos tem uma história na militância do SUS, acredita que esse
151 conselho tem confiança e história suficiente para conversar. Se dirige para Ana Maria e Paulo
152 César para dar essa orientação. Foi aberto o primeiro ponto de pauta. Colocaram em regime de
153 votação a ata da reunião ordinária realizada no dia 10/02/2011. Propuseram que a ata seja
154 analisada e aprovada na próxima plenária. O Secretário Municipal de Saúde Marcelo Gouvêa
155 Texeira informou que irá fazer uma breve introdução sobre o projeto da Parceria Público Privado,
156 e depois a Gerente do Projeto, Denise Viana, finalizará a apresentação. Deu início a
157 apresentação informando que esse é um tema que vem sendo discutindo nas últimas semanas, e
158 essa discussão é crucial para o desenvolvimento da saúde de Belo Horizonte. Informou que já
159 aconteceram várias discussões nas câmaras técnicas e foi realizado um seminário
160 especificamente para esclarecer as dúvidas sobre a Parceria Público Privada. Ressalta que a
161 atual gestão não está pedindo a este conselho, e nem ao SUS/BH, um cheque em branco. E não
162 estão propondo apresentar e discutir uma proposta de Parceria Público Privada sem qualificação.
163 Desde a primeira vez que trouxe essa discussão para o plenário, através da implantação o
164 Hospital Metropolitano do Barreiro, em todos os momentos em que citou esse tema foi com intuito
165 de qualificar. Ressalta que se posiciona contra o modelo que foi implementado na Bahia, onde o
166 governo passou um hospital para a iniciativa privada. A mesma crítica que fez ao estado da
167 Bahia, fez em relações as OSCIPS, implantadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e
168 Recife, que passaram para organizações sociais, não somente hospitais, mas também unidades
169 de pronto atendimento e unidades básicas de saúde. A Parceria Público Privada que está se
170 propondo à Belo Horizonte no âmbito das unidades de saúde, tem algumas qualificações que
171 devem estar expressas na deliberação, se eventualmente o projeto em questão for aprovado. E

172 que esteja na lei que vai ser submetida a Câmara Municipal. Sendo as seguinte garantias, que o
173 terreno para a construção dos centros de saúde seja de propriedade da Prefeitura de Belo
174 Horizonte (PBH), que o prédio a ser construído neste terreno seja propriedade da PBH, que a
175 gestão deste equipamento de saúde, seja da PBH, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de
176 Belo Horizonte, que os serviços de atenção a saúde providos nestes estabelecimentos sejam de
177 servidores públicos da SMSA. Ressalta que se o plenário resolver aprovar a proposta sem essas
178 garantias, prefere que a discussão seja retirada da pauta. Enfatiza que essa gestão só avança
179 com essa proposta, com as garantias de um serviço publico, com propriedade sobre gestão
180 providos por servidores públicos. Gostaria de deixar com muita clareza que é um compromisso da
181 gestão, e a sugestão que esteja no texto da deliberação, se eventualmente aprove essa parceria.
182 E que os conselheiros tenham ciência que estão fazendo essa proposta não para a gestão, mais
183 sim para a saúde de Belo Horizonte. Entende que hoje tem uma gestão que faz esse discurso e
184 assume esse compromisso. Mas se essas garantias estiverem no texto de deliberação deste
185 conselho, e no texto da lei que aprova essa parceria, ai sim estão criando garantias perenes para
186 que esses serviços continuem públicos e gostaria de institucionalizar e perenizar esse
187 compromisso junto ao CMSBH. No que ser refere as 147 unidade básicas de saúde, foram objeto
188 de vistoria no ano passado de uma equipe de engenheiros, arquitetos contratado pela SMSA.
189 Avaliaram do ponto de vista físico da unidade. As unidades foram classificadas, conforme o nível
190 de gravidade da seguinte forma. A unidade de saúde que necessita de maior intervenção física foi
191 classificada como conceito 1. As unidades que tem uma área física não muito prejudicada foi
192 classificada com o conceito 147. A proposta é de que a partir deste diagnóstico o entendimento
193 da arquitetura e engenharia de que em torno de 80 unidades devem ser reconstruídas. Pois as
194 mesmas não apresentam condições para acolher os usuários. O SUS de Belo Horizonte já
195 avançou muito em qualidade, os profissionais da saúde, enfermeiros, técnicos de enfermagem,
196 médicos, proporcionam um serviço de alta qualidade a sociedade, mas necessitam de melhores
197 condições de trabalho. Ressalta que os usuários BH, recebem um atendimento que é invejado
198 nos demais estados. Ressalta que a rede da atenção primaria foi construída ao longo dos anos.
199 Há uma proposta de reconstrução entorno de 80 unidades de saúde, mas esse é um diagnóstico
200 frio feito por arquitetos e engenheiros que não entende, da dinâmica que se estabelece naquele
201 local. A partir da próxima semana as listas das unidade saúde que participaram do projeto serão
202 submetidas para os conselhos distritais, para ouvir opiniões dos gerentes, dos trabalhadores e os
203 usuários daquele distrito. Falou sobre os 33 atributos que foram avaliadas nos centros de saúde
204 pela equipe de arquitetos e engenheiros. E não abrem mão de definirem juntos aos conselhos
205 distritais de saúde as unidade que serão priorizadas. Após a apresentação os coordenadores das
206 câmaras técnicas fizeram a leitura dos pareceres. O coordenador da Câmara Técnica de Gestão
207 da Força do Trabalho Welson Alexandre Santos fez a leitura do parecer da CTGFT. “A Câmara
208 Técnica de Gestão da Força de Trabalho reuniu-se no dia 31 de março de 2011, para
209 reapreciação da Proposta de implantação da Parceria Público Privada nas Unidades Básicas de
210 Saúde, apresentado pela Gerente do Projeto, Denize Vianna Amador. Durante a discussão do
211 projeto para esclarecimentos de dúvidas, concordamos que as unidades de saúde do município
212 de Belo Horizonte funcionam em situação precária com a *urgente* necessidade de reestruturação,
213 mas entendemos que existem outras formas de captação de recursos financeiros que podem ser
214 viabilizados resguardando *exclusivamente* o interesse público. Sugerimos que : Sejam
215 reformadas *imediatamente* todas as unidades básicas de saúde do município de Belo Horizonte;
216 Sejam apresentados critérios, de forma mais abrangente, para execução das reformas propostas
217 no diagnostico evitando privilégios; Que os recursos captados sejam preferencialmente oriundos
218 de fonte pública. Diante do exposto recomendamos a *não aprovação* da Proposta da implantação
219 da Parceria Público Privada”. A Coordenadora da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e
220 Municipalização Ângela Eulália dos Santos fez a leitura do parecer da CTCAM. “A Câmara
221 Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização (CTCAM) reuniu-se no dia 29 de março de
222 2011 para discutir e elaborar o parecer que trata da proposta de reforma, construção e ampliação
223 das 80 (oitenta) unidades básicas em Belo Horizonte via Parceria Público Privada (PPP). A
224 CTCAM é favorável a imediata reforma, construção e ampliação das unidades básicas da rede,
225 mas é contra os contratos por meio de Parceria Público Privada considerando que: O que está
226 sendo apresentado é uma intenção de usar a Parceria Público Privada para construção, reforma
227 e ampliação das unidades básicas de saúde (UBS) em Belo Horizonte e não cabe ao Conselho
228 Municipal de Saúde (CMS) a aprovação de intenções; A gestão não apresentou por escrito o

229 motivo pelo qual a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) não solicita o financiamento em seu próprio
230 nome, sem necessidade de terceirizar ou quarterizar o serviço, diluindo o poder da Secretaria
231 Municipal de Saúde de gerenciar totalmente as ações e políticas de saúde do município; O que
232 pretendem quarterizar agora é a gestão do serviço por 20 anos; Não foi apresentado o impacto
233 mensal financeiro no fundo municipal de saúde e seu impacto no comprometimento financeiro das
234 ações assistências; A PBH não vem cumprindo a promessa de priorizar as ações em saúde e
235 oferece a Parceria Público Privada como única alternativa, apesar do aumento da arrecadação; O
236 controle social deve prezar pela defesa dos princípios do SUS; Existem definições contrárias
237 sobre as Parcerias Público Privadas na penúltima Conferência Municipal de Saúde, na
238 Conferência Estadual de Saúde, na XXIII Conferência Nacional de Saúde, Plenárias Nacionais de
239 Saúde e nas Caravanas em Defesa do SUS, com ampla participação dos conselheiros municipais
240 de saúde de Belo Horizonte; Existe parecer desfavorável a esta proposta de intenção das
241 reformas, construção e ampliação das UBS's, emitido pela da Câmara Técnica de Gestão da
242 Força de Trabalho; Diante do exposto esta câmara resolve recomendar ao plenário deste
243 Conselho não aprovar as reformas, construções e ampliações das unidades básicas de saúde de
244 Belo Horizonte. E recomenda também que a Secretaria Municipal de Saúde solicite em seu
245 próprio nome esse financiamento e realize as reformas, construções e ampliações necessárias
246 urgentemente em toda a rede de saúde de Belo Horizonte. Votos Contrários: Ângela Eulália dos
247 Santos, Arthur Oliveira Mendes, Maria das Graças Souza Vieira, Paulo Roberto Venâncio de
248 Carvalho, Valdelice de Moura e Maria Cândida de Lélis Moreira. Favoráveis: Cícero Luiz
249 Camargos, Márcia Faria Moraes Silva, Rubens Ribeiro Leite e Vanessa Maria Lopes Wilke.
250 Abstenções: José Brandão Maia, Lúcia Ferreira Passos e Walter Agostinho da Silva". O
251 coordenador da Câmara Técnica de Financiamento Wilton Rodrigues fez a leitura do parecer. "A
252 Câmara Técnica de Financiamento reunida no dia 01 de março de 2011, para apreciação da
253 Proposta de implantação da Parceria Público Privado, apresentado pela Gerente do Projeto de
254 Parceria Publico Privada nas unidades Básicas de Saúde, Denize Vianna Amador. Após análise e
255 apreciação do referido projeto, com base nas leis abaixo descritas: Lei Federal 8.987 de 13 de
256 fevereiro de 1995, dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviço
257 público previsto no artigo 175 da Constituição Federal; Lei Federal 11079 de 30 de dezembro
258 2004, institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público Privado no âmbito da
259 administração pública; Lei Estadual 14868 de 16 de dezembro de 2003, dispõe sobre o programa
260 estadual da Parceria Público Privada; Lei Estadual 1869 de 16 de dezembro 2003, cria o fundo de
261 Parceria Privada do Estado de Minas Gerais; Lei Municipal 9.038 de 14 de janeiro de 2005,
262 dispõe sobre o programa municipal de Parceria Público Privada; A maioria dos membros
263 presentes, recomendam ao plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a
264 aprovação da Proposta da implantação da Parceria Público Privada com as seguintes
265 recomendações: Que seja criado e aprovado em plenário do Conselho Municipal de Saúde de
266 Belo Horizonte uma comissão para acompanhar a implantação da Parceria Público Privada nas
267 Unidades Básicas de Saúde; Que seja apresentando o detalhamento dos custeios das obras das
268 Unidades Básicas de Saúde; Que seja apresentado os projetos de construção, reestruturação e
269 readequação do espaço físico das Unidades Básicas de Saúde para os Conselhos Distritais de
270 Saúde e Comissão Local de saúde; Belo Horizonte, 01 de março de 2011". O conselheiro
271 municipal de Saúde Valdir Matos de Lima, disse que as dúvidas com relação ao projeto já foram
272 tiradas, foi realizado seminário e reuniões das câmaras técnicas, para tirarem todas as dúvidas e
273 agora é o momento do plenário que votar. O conselheiro municipal de Saúde Paulo Roberto
274 Venâncio de Carvalho, disse que tem dois pareceres contrários a aprovação da PPP e isso tem
275 que ser esclarecido. Essa discussão em plenária é necessária. Mesmo porque essa discussão foi
276 realizada várias vezes e mesmo assim os conselheiros tem dúvidas. Cleber das dores, disse que
277 essa plenária é soberana e não tem que seguir as regras do Paulo Venâncio. Sandra Maria, disse
278 que tem o consenso entre os conselheiros e vai abrir as inscrições para esclarecimento do
279 mínimo de pessoas. Marcelo Gouveia, ressaltou que essa plenária já deliberou sobre esse tema e
280 foi realizado o seminário e as reuniões da câmara técnica, e todos já tem o posicionamentos a
281 respeito da questão. Como já foram realizados debates específicos propõem que seja limitado o
282 número de conselheiros para esclarecimento. Paulo Carvalho disse que é o momento de fazer a
283 melhora dos pareceres apresentados contra e a favor. Maria Cândida, disse que tem que abrir o
284 debate para que os conselheiros distritais de saúde que não participaram do seminários e das
285 discussões das câmaras técnicas fiquem esclarecidos. A conselheira municipal de Saúde Sângela

286 Márcia Hilarino, disse que esse assunto está gerando muita polêmica e os conselheiros precisam
287 ser esclarecidos. Fez a leitura do documento sobre a discussão da PPP, no conselho distrital de
288 Saúde Pampulha. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DO CODISAP SOBRE A PPP, Saúde é uma
289 política essencial para a preservação da vida e a garantia da dignidade humana, princípios
290 fundamentais que a Constituição atribuiu ao Estado o dever de zelar, nunca a um particular, ainda
291 que sob delegação expressa, fiscalização e controle do Estado. Em relação a polêmica da
292 Proposta da PPP apresentada pela SMSA-BH precisamos ainda nos debruçarmos sobre
293 perguntas como: Em que termos será elaborado o Edital? Quais serão as obrigações da(s)
294 contratada(s)? Que garantias temos que as instalações dos novos centros irão atender aos
295 padrões mínimos definidos pela OMS para os serviços de atenção básica à saúde? Quais as
296 garantias que temos de que os centros de saúde serão montados com equipamentos de elevado
297 padrão tecnológico capazes de propiciar aos médicos condições de fazerem diagnósticos
298 precisos e rápidos? Quais as sanções que serão aplicadas administrativamente ao provedor
299 privado em caso de descumprimento das cláusulas que regem o contrato administrativo? Quem
300 será o gestor do descumprimento dessas cláusulas? Qual será o papel do Conselho Municipal,
301 dos Conselhos Distritais e dos Conselhos Locais na fiscalização do cumprimento dessas
302 cláusulas especificamente neste processo, concretamente? Por que a PPP é a melhor proposta
303 para o problema da rede física dos centros de saúde? Falta recursos para a cidade de Belo
304 Horizonte aplicar na saúde ou ela não tem sido prioridade? Os recursos da saúde tem sido bem
305 aplicados onde realmente é necessário? Para que os centros de saúde se encontrem nas
306 condições em que estão muito tempo se passou, por que tanta pressa agora para que tomemos
307 uma decisão? Não é mais prudente sermos cautelosos e conhecermos mais visões sobre o
308 assunto? O próprio CMSBH não deveria organizar mais um seminário com pessoas estudiosas
309 sobre o assunto (acadêmicos por exemplo), com visões diferentes, para que pudéssemos ver o
310 problema sobre outros pontos de vista? Afinal os argumentos são técnicos, mas as decisões são
311 políticas. Sabemos que há posicionamentos técnicos diferentes sobre PPP. Por que também não
312 estamos envolvendo outros segmentos que fiscalizam e acompanham os gastos públicos para
313 fazerem parte destas discussões? Não teria sido mais produtivo que após o Seminário nos fosse
314 solicitado que enviássemos as dúvidas ainda existentes, por escrito, para a equipe da SMSA-BH
315 nos responder também por escrito? Feito isso ainda poderíamos ter mais um último momento de
316 discussão, já que estava explícito que o assunto não havia sido satisfatoriamente esclarecido
317 para muitas pessoas. Por que não foi construída a metodologia da discussão deste tema com os
318 conselheiros em sua plenária? Como não recebemos por escrito nada da Secretaria, nem ao
319 menos a síntese do diagnóstico? Como podemos analisar, refletir e tomarmos uma posição
320 consciente sem ter acesso ao mínimo de informações com antecedência? Diante de tantas
321 dúvidas, acreditamos que essas perguntas ainda não foram satisfatoriamente esclarecidas, sendo
322 assim, propomos o adiamento da decisão para que o colegiado de Conselheiros e a população
323 usuária em geral possam merecer uma maior atenção dos atores envolvidos no sentido de
324 esclarecer todos os pontos controversos da proposta e que eu tenho a responsabilidade de
325 apresentar nesta plenária. No CODISAP construímos coletivamente uma posição sobre a
326 discussão que vem ocorrendo no CMSBH sobre a PPP para a reforma e construção de Centros
327 de Saúde. É preciso destacar que conforme vínhamos relatando em diversas ocasiões, as
328 condições físicas das unidades de saúde estão precárias e inadequadas para atenderem as
329 comunidades. Isto ficou evidente com a apresentação do Diagnóstico dos Centros de Saúde de
330 BH feito pela Secretaria Municipal de Saúde, em reunião realizada no CMSBH no dia 24/03/11.
331 Também é preciso considerar que as atuais construções das unidades de saúde não atendem as
332 novas demandas (academias da cidade, saúde mental, dentre outras). Sendo assim, não
333 discordamos que é necessário e imprescindível que se façam as reformas e as construções das
334 unidades de saúde, porém temos posicionamento contrário sobre a forma como estão sendo
335 conduzidas as discussões, com pressa e muita pressão. Apresentamos a seguir os argumentos
336 levantados por conselheiros usuários deste distrito sobre a Proposta da PPP: O contrato é longo
337 demais. Se os órgãos governamentais podem dispor deste montante de recursos financeiros,
338 mesmo que para pagar ao longo de vários anos, porque eles mesmos não executam as obras
339 necessárias. No caso, a própria PBH é que deveria assumir tal responsabilidade e evitar o
340 pagamento de juros a terceiros. A PPP é uma forma de privatização. É preciso entender se a
341 Saúde e a Prefeitura não tem recursos financeiros de fato ou se ela não tem sido a prioridade
342 diante de outras demandas. Reforçamos novamente que nossas representantes no CMSBH

343 votam de acordo com a posição do coletivo que representam. Acreditamos que essa discussão é
344 de grande importância e deve ser melhor enfrentada e aprofundada, para que possamos decidir
345 de forma consciente e responsável sobre uma dívida, que até o presente momento nem temos
346 noção do seu valor. Apenas fomos informados na reunião do dia 24/03/11, pelo Paulo
347 representante dos gestores, que cada unidade ficaria entre 3 a 4 milhões de reais. E na Plenária
348 de Usuários se falou em 3 milhões de reais o valor médio de cada uma. Se considerarmos o
349 enorme índice de unidades que deverão ser construídas (58% ou 80 unidades) e das que deverão
350 sofrer grandes reformas, podemos concluir que será grandioso o montante de recursos
351 financeiros a serem investidos. Pelo menos um estudo detalhado do custo médio de um centro de
352 saúde dentro dos padrões atuais deveria ter sido apresentado na Plenária do CMSBH. Não
353 acreditamos que primeiro é preciso fazer apenas o diagnóstico. Ao mesmo tempo também
354 deveria ter sido feito um estudo de um modelo básico de atendimento de uma unidade, com
355 previsão atualizada de orçamento, mesmo sabendo que para cada centro de saúde temos uma
356 realidade. Precisamos também discutir de forma mais ampla sobre as decisões que temos
357 tomado sobre investimentos na área da saúde e quais são de fato as reais prioridades para os
358 usuários do SUS, para onde devem ir os investimentos. Há programas que investem muitos
359 milhões ao ano, eles são indispensáveis? Seus recursos não poderiam estar sendo utilizados
360 para a construção de novas unidades de saúde? Estas também tem sido algumas questões que
361 temos levantado. Acreditamos que ficar respondendo de forma apressada a perguntas que nos
362 são encaminhadas não tem sido uma boa forma de atuação. Queremos qualificar mais as
363 perguntas sobre os rumos que queremos dar para o SUS e a Saúde em BH. Assim,
364 recomendamos cautela, transparência e aprofundamento sobre o tema. Esperamos termos
365 contribuído para o debate e para uma tomada de decisão mais consciente. CODISAP Em
366 30/03/11. Disse que fica triste porque a plenária não dá a mínima credibilidade as discussões
367 realizadas nos conselhos distritais e não terminou de ler o documento. Ressaltou que vai entregar
368 o mesmo e se alguém quiser ter conhecimento que procure a mesa diretora. A conselheira
369 municipal de Saúde, Valeria de Almeida Rocha, disse que em consulta as bases, o conselho
370 distrital de Saúde Venda Nova resolve apoiar a PPP, mas existem algumas dúvidas que deveriam
371 ser esclarecidas. Sugeriu que no momento da votação, os votos fossem nominais. Gostaria de
372 saber se o projeto de reformas ou obras das unidades foi aprovado pela sua respectiva comissão
373 local de saúde, pois tem obras que não atendem a comunidade e que nenhuma obra seja iniciada
374 sem a aprovação da comissão local. O conselheiro municipal de saúde Ederson Alves da Silva,
375 disse que gostaria de parabenizar a plenária por estar tão cheia. Ressalta que nos Estados
376 Unidos existe a Parceria Pública Privada e o Presidente quer reverter essa situação. A
377 conselheira distrital de Saúde Norte, Angela de Assis Maia Moura, disse que tudo que é discutido
378 no CMSBH, é polêmico e ao contrário de Venda Nova, a Norte não discutiu sobre a PPP. Informa
379 que o caminho tem que ser inverso, a discussão tem que ser realizada nas comissões locais, nos
380 conselhos distritais e posteriormente no CMSBH. O conselheiro municipal de Saúde, José
381 Brandão Maia, disse que participou de todas as discussões da PPP. Informa que é a terceira vez
382 que o Secretário Municipal de Saúde Marcelo Gouvêa Teixeira participa das reuniões do CMSBH.
383 Ressalta que esse assunto não ficou suficientemente esclarecido, pois contém uma linguagem
384 muito sofisticada. A Secretária Adjunta de Saúde Suzana Maria Moreira Rates, disse que tem
385 unidades que precisam ser adequadas. Quando pensaram em buscar a PPP, foi no intuito de ter
386 um instrumento para fazer essas obras nas unidades de saúde. Crê que todo cidadão tem o
387 direito de ter uma unidade de saúde bem estruturada, e acha que os conselheiros independente
388 de segmento tem que refletir o que melhorar na saúde dos usuários. Informa que a gestão está
389 aqui para ser comprometida com o conselho. Maria Cândida, ressalta o tamanho da
390 responsabilidades dos conselheiros. Informa que sua consciência não permite que concorde com
391 a PPP. Disse que precisam melhorar as unidades de saúde, mais não concorda com a questão
392 dos recursos serem oriundos de empréstimos. Disse que não gostaria de ter os atendimentos
393 básicos privatizados, e se isso não der certo as portas irão se fechar para o SUS. O conselheiro
394 municipal de Saúde, Nilo Furtado Teodoro, acha que é importante a PPP e que essa parceria vai
395 trazer benefício aos usuários. Disse que é usuário do SUS. Paulo César, alerta aqueles que não
396 se sentem esclarecidos em relação a parceria. Informa que estão no primeiro passo desse
397 projeto. Esclarece que esse projeto vai ser encaminhado a Câmara Municipal e depois o
398 edital irá voltar ao CMSBH, para sua aprovação final. Informa que os estudos estão demonstrando
399 que a PPP, vai dar certo. Welton Alexandre, disse que gostaria de falar principalmente para os

400 conselheiros das comissões locais. Acha que os conselheiros municipais de alguma forma já
401 estão muito esclarecidos. Gostaria de ressaltar algumas contradições que aparecem próprios
402 pareceres. Informa que existe três pareceres, sendo que 2 são contrários a aprovação do projeto.
403 Se dirige ao conselheiro Wilton, pois tem algumas dúvidas com relação ao parecer da CTF,
404 primeiramente o parecer foi emitido no dia 01 de março e os demais no dia 30/03 e 31/03, os dois
405 que foram emitidos recentemente foram contrários. No parecer da CTGFT foi colocado uma serie
406 questionamentos, que posteriormente foram esclarecidos, mas no entanto o esclarecimento
407 confirmou o motivo pelo qual a câmara técnica tinha o indicativo de ser contrário confirmou. Disse
408 que esse projeto se assemelha a uma pessoa que vai até um indivíduo e oferece R\$ 300,00
409 (trezentos mil), emprestado o indivíduo normalmente vai desconfiar. A máquina pública funciona
410 através da cobrança de impostos, quem paga os impostos á a sociedade. Acha que tem que ter
411 uma informação madura até mesmo para se posicionar contra ou a favor. A Gerente do Projeto
412 do Hospital Metropolitano do Barreiro Lídia Tonon, disse que é uma discussão que tem que se
413 fazer como o olhar de usuário, gestor e trabalhador, e faz parte do processo buscar recurso para
414 melhorar a área da saúde. Ressalta ser necessário a autorização para o andamento do processo
415 e o mesmo pode ser regredido a qualquer momento. Disse que esta lutando pelo SUS há 30 anos
416 e tem é preciso dar um salto de qualidade, como proposta de criar uma comissão para
417 acompanhamento dos processos. Angela Eulalia, disse que em momento nenhum se posicionou
418 contra a reforma das unidades de saúde. Ressalta que quer uma unidade 100% adequada e o
419 SUS jamais pode receber propostas questionáveis, quando o projeto foi apresentando na quinta-
420 feira, ela propôs que fosse apresentado o modelo de reforma e construção que vai ser realizada
421 nas unidades de saúde. Informa que é contra a aprovação. Carla usuária do centro de saúde São
422 Marcos, ressalta que não foi discutido a proposta no distrito Nordeste. Disse que a comissão
423 local é muito atuante e não concorda com o recurso privado. Ressalta que todos os profissionais
424 de saúde estão usando medicamento anti-depressivo devido a sobrecarga de trabalho. Ressalta
425 que é contra a Parceria Publico Privada. Claudete Liz disse que tudo que for a favor do usuário
426 ela defende. Ressalta que o centro de saúde Itamarati é um dos que necessita de ampliação.
427 Informa que e favor da parceria. O conselheiro municipal de Saúde Enildo Calixto Loubac, disse
428 que não tem dúvida sobre a construção e reforma das unidades de saúde, mais sim de como vão
429 ser feitas essas reformas. E tem dúvida como vai ser a consequência dessas escolhas. Geraldo
430 Florêncio, disse que é preciso melhorar as unidades de saúde, e não podem deixar que a saúde
431 pública piore. Paulo Carvalho, disse que o tema da conferência é “ Todos usam o SUS”, quando
432 a OCIPS foi discutida no estado a revelia do conselho estadual na Secretária Estadual de Saúde
433 (SES), a qual o secretário Marcelo Gouvêa era secretário adjunto da SES, e conseguiram barrar a
434 OCIPS. Ressalta que esse é o primeiro passo e se houver a aprovação não da mais para voltar.
435 Disse que Marcelo abriu as portas para as OCIPS. Informa que Belo Horizonte não é tão pobre
436 que não possa construir as unidade de saúde. Marcelo Gouvêa solicitou a mesa diretora cópia do
437 parecer do conselho distrital de Saúde Pampulha. Disse que a patrulha ideologia é a pior das
438 censuras. Ressaltou que a gestão tem um compromisso muito claro. Informa que essa gestão
439 desapropriou o primeiro hospital privado para colocar atendimento do SUS. O atendimento 100%
440 SUS, é uma política desta gestão proposta a esse plenário e aprovada por esse plenário. E quem
441 tem compromisso com 100% SUS é essa gestão e este plenário. Citou o Hospital Santa Casa de
442 Belo Horizonte, Hospital São Francisco, Hospital São José como obras desta gestão. Disse que a
443 enfermaria da UNIMED foi reformada e esta atendo o SUS. Estamos falando de uma gestão que
444 tem todo compromisso com o SUS que implantou o 100% foi essa gestão, essa gestão quer sair
445 do aluguel sair do favor e ir para um imóvel que é do SUS. Em regime de votação da Proposta de
446 Implantação da Parceria Público Privada nas Unidades Básicas de Saúde, a votação aconteceu
447 nominalmente. Os seguintes conselheiros votaram a favor do projeto: Adir dos Santos, Adolpho
448 von Randow Neto, Ana Maria de Jesus, Claudete Liz Almeida, Cleber das Dores de Jesus,
449 Wallace Medeiros Chavier, Cícero Luiz Camargo, Rosimeire Rodrigues de Souza, Levi dos Anjos
450 Mota, Marcelo Gouvea Texeira, Marcos José Mendes de Carvalho, Márcia Faria de Moraes Silva,
451 Martha Auxiliadora Ferreira Reis, Nilson Silva, Oswaldo Romualdo de Paula Filho, Paulo César
452 Machado Pereira, Valdir Matos de Lima, Valéria de Almeida Rocha, Wilton Rodrigues.
453 Conselheiros que votaram contra a aprovação da Parceria Público Privada: Angela Eulalia dos
454 Santos, André Christiano dos Santos, Ederson Silva, Iracema Maria Utsch Braga, Maria Cândida
455 de Lélis, Maria das Graças Souza Vieira, Sandra Maria dos Santos, Sângela Márcia Hilarino,
456 Valdelice de Moura, Welson Alexandre dos Santos. Abstenção: Cleide Alves Siqueira. A Proposta

457 de Implantação da Parceria Público Privado nas Unidades Básicas de Saúde foi aprovada por 19
458 votos a favor, 10 votos contrários e 1 abstenção. Paulo César lembrou que em nome da gestão
459 propôs a este plenário no mês de dezembro de 2010, que encaminhasse um ofício á Prefeitura de
460 BH, em relação a reforma administrativa. Informou o artigo 66 da lei da reforma administrativa
461 alterava a redação que falava das funções da SMSA, o prefeito propôs que algumas funções da
462 vigilância sanitária fossem delegadas a outros órgãos. Foi aprovado por esse plenário que
463 qualquer delegação referente a fiscalização sanitária deve passar pelo CMSBH, e que isso fosse
464 colocado na lei. Por motivos de ordem política o prefeito não alterou o projeto de lei, mas delegou
465 ao Secretário Municipal de Saúde, que as mesmas pretensões que estavam no ofício
466 encaminhado em dezembro, iriam ser cumpridas mediante a apresentação da resolução do
467 CMSBH. A resolução deveria contar com a mesma redação do ofício. Ou seja não foi colocada na
468 lei a proposição deste conselho, mas uma resolução que foi homologada pelo prefeito teria a
469 mesma validade, de que qualquer delegação a ser feita em fiscalização em vigilância sanitária
470 seria antes apreciada por esse plenário. Informou que não pretende fazer essa discussão neste
471 plenário sobre o que dever ser ou não delegado. Apenas estão propondo uma resolução simples.
472 Fez a leitura da proposta da resolução. O plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo
473 Horizonte, em sua centésima octogésima terceira reunião ordinária, realizada no dia 31/03/2011,
474 no uso de suas competências regimentais e legais conferidas pela Lei Federal 8080, de 19/9/90,
475 Lei Federal 8142, de 28/12/90, Lei Municipal 5903, de 3/6/91 e Lei Municipal 7536, de 19/6/98.
476 Considerando a Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições
477 para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos
478 serviços correspondentes e dá outras providências. Considerando a Lei Municipal n.º 10.101, de
479 14 de janeiro de 2011, que altera a Lei Municipal n.º 9.011 de 2005, e da outras providências: Art.
480 15 – O inciso I do artigo 66 da Lei n.º 9.011 de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação: “
481 *Art. 66 I – planejar e coordenar, nos níveis ambulatoriais e hospitalar, as atividades de atenção á*
482 *saúde, médica e odontológica, de controle de zoonoses, de vigilância epidemiológica e de*
483 *fiscalização, vigilância sanitária, estas, inclusive mediante delegação a outros órgão e entidade da*
484 *Administração Municipal de Saúde do trabalhador, de controle, avaliação e regulação da rede*
485 *contratada e conveniada do SUS, articulando-se com os outros níveis de gestão do SUS para as*
486 *atividades integradas de atenção e gestão da saúde na região metropolitana de Belo Horizonte,*
487 *bem como propor e elaborar normas no seu nível de gestão sobre essa atividade”.* Resolve:
488 Qualquer delegação de fiscalização e vigilância sanitária e vigilância em saúde, de atividade,
489 serviço ou atribuição, a ser feita pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte –
490 SMSA/SUS-BH, no uso de suas funções, a outros órgãos e entidades da Administração Municipal,
491 somente poder-se-á realizar mediante a prévia apreciação e aprovação pelo Conselho Municipal
492 de Saúde de Belo Horizonte/CMSBH, respeitada a legislação vigente. Belo Horizonte, 31 de
493 março de 2011. SANDRA MARIA DOS SANTOS Presidente do Conselho Municipal de Saúde.
494 Marcelo Gouvêa esclarece sobre a questão que foi levantada na reunião com o prefeito. A não
495 alteração do texto pelo foi devido ao estado de permutação na câmara de vereadores. Informou
496 que o Prefeito concordou de que qualquer delegação que venha ser feita no âmbito da vigilância
497 sanitária seja apresentado ao CMSBH, ou seja nenhuma atribuição da vigilância sanitária deverá
498 ser delegada a outro órgão da administração municipal sem o conhecimento do CMSBH. Paulo
499 Carvalho disse que na lei não fala somente das ações da vigilância sanitária, fala também da
500 vigilância em saúde, mais não fala da saúde do trabalhador. Sugeriu que fosse acrescentado na
501 resolução no artigo 66 “e vigilância em saúde respeitando as legislações Federal e Estadual
502 vigente” e também acrescentado não somente as ações da vigilância sanitária mais também a
503 saúde do trabalhador. Sandra Maria perguntou aos conselheiros eles gostariam de algum
504 esclarecimento. Em regime de votação a resolução foi aprovado por unanimidade. Sandra Maria
505 colocou em votação o parecer da câmara técnica de controle e financiamento referente os custeio
506 das oficinas antidrogas do Centro Mineiro de Toxicomania. Ressaltou que não estava na mesa
507 diretora na época em que esse parecer foi emitido e passo a fala ao Paulo César. Paulo César
508 disse que foi discutido na CTF e CTCAM houve um custeio de R\$ 50 mil reais do fundo estadual
509 de saúde, uma verba estadual para o Centro Mineiro de Toxicomania. Informou que a resolução
510 da Secretaria Municipal de Saúde 1705 de 2 de dezembro de 2008, contado com o recurso total
511 de R\$ 900,000 e passado R\$ 50.000 ao Centro Mineiro de Toxicomania. Ressaltou que essa
512 situação foi apreciada pelas câmaras técnicas de controle, avaliação e financiamento, foi
513 aprovado por unanimidade, sem nenhuma ressalva no dia 28 de abril de 2009, mais por algum

514 motivo isso não foi colocado no plenário para votação. Informou que o Centro Mineiro de
515 Toxicomania solicitou ao CMSBH que fosse colocado no plenário para aprovação e apreciação.
516 Porque a única forma de repassar esse recurso ao centro mineiro de toxicomania, se não for
517 aprovado eles não receberam os 50 mil. Paulo César fez a leitura do parecer. Parecer, as
518 Câmaras Técnicas de Controle, Avaliação e Municipalização e Câmara Técnica de
519 Financiamento, reunidas em conjunto no dia 28/04/2009, apreciou e discutiu o Projeto de
520 Resolução do SES N° 1705 de 03/12/2008, referente ao Projeto de Toxicomania, sendo da verba
521 total de R\$: 900.000,00, o município de Belo Horizonte será contemplado com o valor de R\$
522 50.000,00 para os custeios nas oficinas de políticas anti-drogras do Centro de Toxicomania. Os
523 conselheiros presentes aprovaram o projeto por unanimidade sem ressalva. Resolve encaminhar
524 o projeto para aprovação do plenário. Belo Horizonte, 28 de abril de 2009. JOSÉ COELHO DOS
525 SANTOS coordenador da Câmara Técnica de Financiamento, EDSON FELIX DA SILVA,
526 coordenador da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização. Após a leitura Paulo
527 César propôs ao plenário a aprovação do parecer. Em regime de votação, com duas abstenções,
528 foi aprovado o Projeto de Resolução do SES N.º 1705 de 03/12/2008, referente ao Projeto de
529 Toxicomania. Sandra Maria deu continuidade a reunião, passou para o próximo ponto de pauta
530 referente alteração na data de realização 11ª Conferencia Municipal de Saúde, como não
531 conseguir o local adequado em coubesse todos os participantes. Informou que o CMSBH entrou
532 em contato com o Conselho Estadual de Saúde, para que eles permitissem que a conferencia
533 municipal fosse realizada em outra data, que seria nos dias 22,23 e 24 de julho. Paulo César
534 disse que a conferencia municipal poderia ser realizada nos dia 22,23 e 24 de julho, essa
535 proposição é da comissão organizadora da conferencia. Informou que a comissão organizadora
536 achou por bem dilatar o prazo para a realização das conferencias locais de saúde, assim poderia
537 ser aproveitando o prazo maior para a realização das conferências. Propôs que as conferências
538 locais fossem realizadas até o dia 31 de maio 2011. As conferência distritais deveriam acontecer
539 de 24 de maio á 12 de junho, propuseram que as conferências distritais possam acontecer até o
540 dia 30 de junho e que sejam encaminhados os relatórios até o dia 8 de julho. Ressaltou que quem
541 já marcou a data da conferência e não quiser alterar a data não tem problema, mais fica essa
542 oportunidade de marcar as conferências locais e distritais com mais prazo. Ressaltou que se
543 contassem com a realização das conferências locais até um pouco mais do dia 11, seria bom
544 para poder garantir o material necessário que será liberado pelo Conselho Nacional de Saúde a
545 partir do dia 07 de abril. Welson Alexandre disse que o Conselho Distrital de Saúde Pampulha
546 ficou de certa forma mal visto, por ter antecipado as conferências antes do CMSBH dar o prazo
547 para iniciar. Informou as comissões locais estão com o funcionamento precário, então tentam
548 articular essas comissões locais, devido ao objetivo da conferência que também é de reafirmar as
549 comissões locais. Na verdade houve uma falta comunicação. Em regime de votação para
550 alteração das datas das realizações das conferências. Foi aprovado por unanimidade. A
551 conselheira municipal de saúde Iracema Maria Utsch Braga, disse que o CMSBH, teve dificuldade
552 para conseguir um local que caiba todos os convidados da conferência. Ressaltou que a cidade
553 não esta em condições de sediar a copa do mundo. Informou que os centros de saúde não estão
554 preparados e que tem que discutir uma estratégia antecipada. Sandra Maria disse que já
555 conversou com a mesa diretora do conselho distrital Pampulha e já foi esclarecido sobre as
556 conferências locais de saúde. Informou que no dia 07 de abril, foi solicitado aos conselhos
557 distritais que façam alguma atividade ou tragam panfletos para serem entregues no evento
558 Conselho na Praça, em comemoração ao Dia Mundial da saúde, que será realizado na Praça 7
559 de Setembro. Convidou todos os conselheiros para participarem do evento. Ressaltou que
560 amanhã dia 01/04/2011, terá a reunião da comissão organizadora do evento. Agradeceu a
561 presença de todos e convidou Marcelo Gouvêa para participar de mais plenárias do CMSBH.
562 Estiveram presentes: Adi dos Santos, Adolpho von Randow Neto, Ângela Eulália dos Santos, Ana
563 Maria de Jesus, Claudete Liz de Almeida, Cleber das Dores de Jesus, Ederson Alves da Silva,
564 Iracema Maria Utsh Braga, Levi dos Anjos Motta, Maria Cândida de Lélis Moreira, Maria das
565 Graças Souza Vieira, Marcelo Gouvêa Teiveira, Marcos José Mendes de Carvalho, Márcia Faria
566 Moraes Silva, Martha Auxiliadora Ferreira Reis, Nilson Silva, Oswaldo Romualdo da Silva, Paulo
567 César Machado Pereira, Sandra Maria dos Santos, Sângela Márcia Hilarino, Valdelice de Moura,
568 Valdir Matos de Lima, Valéria de Almeida Rocha Ferreira, Welson Alexandre dos Santos, Wilton
569 Rodrigues, Aurinho de Matos, Rubens Ribeiro Leite, Ivan Matheus Dutra, Rui Moreira, Jorge
570 Ribeiro do Nascimento Marques, Wallace Medeiros Xavier, Andre Christiano dos Santos, Cícero



571 Luiz Camargo, Rosemeire Rodrigues de Souza, Enildo Calixto Louback, Cleide Alves Siqueira,
572 Maria Inês de Oliveira, Ana Maria Caldeira, Nilo Furtado, Romeu Pires de Araújo, Paulo Roberto
573 Venâncio de Carvalho, Vanessa Maria Lopes Wilke, Maura de Lourdes Canella, Helenice Luiza
574 Soares, José Brandão Maia, Maria José da Silva. Justificou: Cláudio Pedrosa Assunção, Lúcia
575 Ferreira Passos, Walter Agostinho Silva, Vera Lúcia Gomes, Carmem Aparecida Silva Almeida,
576 Rickier da Silva Pereira, Messias Pereira. Nada mais havendo a se tratar a reunião foi encerrada
577 da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e pelo
578 Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 31 de março de 2011. **MCPB.**